

EDUCAÇÃO NO CAMPO E O SEU DESENVOLVIMENTO

Fernanda Mara Cruz¹

Mauricio César Vitória Fagundes²

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar as especificidades da educação no campo, visto que a escola é parte fundamental do processo de formação cultural, político e social dos sujeitos que a integram. Portanto, constam no artigo reflexões teóricas conceituais preliminares sobre a educação no campo no cenário da educação brasileira. Tem como objetivo refletir e debater a educação, mostrando as nuances conceituais que vem ganhando. O presente estudo será iniciado pelo método bibliográfico a fim de problematizar a temática nas conclusões finais.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

Segundo a LDB nº 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Art. 28 – a educação abrange na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino que promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Evolução na legislação que fez da criança e dos habitantes da área rural um sujeito de direitos. Atualmente podemos afirmar que grande parte do território brasileiro inexistente uma educação que leve em conta as necessidades específicas das famílias que vivem e trabalham no campo.

¹ Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Jacarezinho, e-mail: fermcruz@yahoo.com.br

² Educador Orientador Mauricio César Vitória Fagundes, UFPR Litoral.

A escola no campo sempre foi rebaixada a um plano desprestigiado pelo Estado, mesmo quando o Brasil ainda era um país predominantemente agrário. É na zona rural que encontramos um índice de analfabetismo elevado, o que nos leva a permitir e inferir que o campo tem sido motivo de descaso, o que, de alguma forma, o artigo em questão pode vir a contribuir para a grande lacuna social de desigualdade entre campo e cidade, bem como a urgência de tratamento dessa questão no âmbito da educação do campo.

Inúmeras são as questões teóricas e práticas que têm desafiado o governo e os movimentos sociais a avançar na construção dos paradigmas da Educação do Campo. O que se depara nos dias atuais é uma grande tentativa para uma elaboração de subsídios às políticas públicas interministeriais que possam construir na promoção do desenvolvimento e da educação nos territórios rurais.

Segundo Molina (2006) a especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre a educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza.

Foi com essa perspectiva que o artigo busca debater a necessidade da produção de novas pesquisas sobre a correlação entre a precariedade das condições de vida e (re) produção dos diferentes sujeitos presentes no espaço rural e o papel da Educação do Campo na construção de políticas públicas que sejam capazes de interferir neste processo histórico.

Na opinião da autora Molina (2006), nos últimos dez anos, os debates da Educação do Campo possibilitaram aglutinar um conjunto representativo de movimentos sociais e sindicais; de pesquisadores, de alguns órgãos de governo, nas três esferas de poder.

É sob essa ótica que o texto de Fernandes (2005) faz uma recuperação da história recente da construção do conceito Educação do Campo:

Educação, cultura, produção, trabalho, organização política, e mercado. São concomitantemente interativos e completivos. Elas não existem em separados. Educação não existe fora do território, assim com a cultura, a economia e todas as outras dimensões.

Diante dessa proposta, este, é um dos desafios da Educação do Campo: provocar rupturas em interpretações que unidimensionalizam o multidimensional, tal como é o território rural.

O artigo busca compreender o alcance do nosso paradigma sobre a educação do campo e as suas contribuições com o processo de desenvolvimento.

EDUCAÇÃO E SUA HISTÓRIA

Para o autor Hentschke (2007) a história da Educação no país inicia-se no período colonial, quando começam as primeiras relações entre Estado e Educação, através dos jesuítas que chegaram em 1549, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega.

Em 1759 houve a expulsão dos jesuítas (reformas pombalinas), passando a ser instituído o ensino laico e público, e os conteúdos baseiam-se nas Cartas Régias. Muitas mudanças ocorreram até que se chegasse à pedagogia dos dias de hoje. É a partir de 1930, início da Era Vargas, que surgem as reformas educacionais mais modernas. A primeira LDB é promulgada em 1946 (Lei nº 4.024/61), que instiga o desencadeamento de vários debates acerca do tema.

No sentido estritamente técnico, a educação consiste em uma atividade de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral, a fim de promover a sua condição de ser social. Ao adquirir conhecimentos e aptidões, o sujeito passa por uma transformação do seu estado de consciência onde aperfeiçoa suas faculdades e percepções de juízos.

Para Gramsci (1998) a escola é a principal agência, na sociedade civil, de formação de intelectuais. Mas, segundo ele as relações educacionais não se dão apenas no âmbito das organizações escolares, elas ultrapassam os limites estruturais da escola.

Para ele, a educação é um processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza, intercâmbio este

mediado pelo trabalho, e com os outros indivíduos. Logo, as relações educacionais são resultados da influência de todo o meio territorial, onde estão presentes a família, o trabalho, os sindicatos, os movimentos sociais e outras relações sociais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Se tratando da questão agrária no Brasil, forma-se um grande leque, onde diversas são as questões pendentes e uma delas é a Educação. Com a chegada de um mundo globalizado, cada vez mais, os sujeitos participantes do processo da reforma, necessitam de um programa educacional com a realidade encontrada e vivida por eles.

Segundo a Secretaria de Educação da Bahia (2010), o conceito e definição de Educação no Campo se dá à educação que atende às especificidades e oferece uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo – agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros.

O grande objetivo da Educação do Campo é garantir para os povos do campo uma Educação Básica comprometida com um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito.

Dentro de um breve contexto histórico, a educação do meio rural no Brasil sempre teve papel esquecido nas políticas de educação, tendo a população do campo um acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. As políticas públicas educacionais para o campo, ao longo de sua história, foram compensatórias ou reproduções de políticas para o meio urbano executando as propostas educacionais formuladas por Paulo Freire.

A educação do campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Segundo Leite (2002) para a educação do campo é necessária uma política que regulamente o seu funcionamento e com dotação financeira que possibilite a institucionalização e a manutenção de uma escola de qualidade, onde em cada ponto de vista a escolaridade rural deve ter um tratamento diferenciado com relação as suas especificidades, num processo sócio histórico genuíno, não semelhante ao processo urbano.

Para Furtado (2004) o campo sempre foi tratado pelo poder público com política compensatória, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade. Os movimentos sociais que atuam no campo, cientes da importância de uma educação voltada e adequada a sua realidade buscaram e reivindicaram uma mudança.

As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação da Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Nesse sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa em educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo (MOLINA, 2006, p. 28).

Foi a partir da década de 90, que algumas iniciativas voltadas para a educação do meio rural que apontam para a construção de políticas públicas começaram a surgir, dentre elas a criação do PRONERA.

O PRONERA é um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

De acordo com a LDB a Educação do Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do

campo. É, ainda, uma garantia para ampliar as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar/camponesa. Por isso o PRONERA vem fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas.

Em 1997 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária o ENERA, que também gerou o envolvimento das instituições de ensino superior. Segundo informa Molina (2003) os movimentos sociais do campo tiveram também uma participação efetiva na construção da proposta do PRONERA, onde diversas reuniões ocorreram na Universidade de Brasília.

Assim a Educação do Campo tem como vínculo de origens as lutas sociais dos trabalhadores rurais e camponeses. Ela é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil, educação do campo combina com Reforma Agrária e com o modelo de produção camponesa (CALDART, 2002).

Sobre o papel dos movimentos sociais na (re)formulação da educação básica, Arroyo (2003, p. 30) afirma que:

De alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica, onde somente com a incorporação na pauta de diferentes organizações e movimentos sociais, é que a discussão sobre a problemática da educação do campo surge no cenário político do nosso país.

O processo de construção da Educação “do” e não “no” Campo, de acordo com Arroyo (2003), é um movimento de renovação pedagógica de raízes populares e democráticas, pois é inserido num movimento social e cultural do campo, garantindo assim a aquisição de direitos e contribuindo para o processo de formação territorial.

Pelo exposto, as mudanças de expressão *meio rural* para *campo*, “no” para “do” busca superar o sentido tradicional da escola rural onde o conceito da escola do campo relaciona-se à formação dos trabalhadores rurais com a competência para

enfrentar desafios da produção e da vida contemporânea, que significa também um instrumento de luta pela terra.

Em suma, toda a questão da educação do campo nos últimos anos tem tido um avanço substancial, devido as reivindicação do movimento de apoio que está juntamente ligado aos camponeses para que possa ser implantadas escolas nos assentamentos, acampamentos, ou seja, na área rural.

Segundo Caldart (2002) a educação do campo deve ser pensada como processo de construção de um projeto de educação dos camponeses, isto quer dizer que se trata de pensar a educação política e pedagógica, desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social.

De acordo com o mesmo autor (2002), o processo educativo a serem levadas as escolas do campo que busca estar de acordo perante as normas vigentes é composta por um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares, que envolva todos os responsáveis pela construção da identidade da tal educação.

A discussão em que se enquadra a Educação do Campo tem respaldo junto à LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), a qual propõe em seu artigo 28³, medidas de adequação da escola à vida do campo, o que nos mostra a diferença entre a educação do campo e da cidade, no entanto, o que não poder haver são desigualdades.

Para Ramos (2004) os pressupostos para uma política de Educação do Campo, são entendidos na perspectiva de que o campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação e não,

³ **Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996, p. 12).

quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como lugar do atraso, da não-cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura. (p. 33).

A Educação do Campo representa de fato a “insurreição dos saberes”, conforme expressado por Paladin Júnior (2004). É, portanto, feita de diálogos entre os lugares, um movimento que enfrenta a cultura vigente ao propor mudanças de valores. No entanto, pensamos que existe um movimento no próprio sentido da aprendizagem, já que a escola não se faz o único local de socialização do conhecimento, das dinâmicas e dos processos que levam à construção dos saberes. Tal compreensão se faz presente no ideário dos Sem Terras, já que o assentamento é a escola e a escola é o assentamento⁴.

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição, que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2002), logo a Educação do Campo vem como um instrumento a ser utilizado contra a agricultura capitalista, materializada no agronegócio.

A Educação do Campo compreende um conjunto de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento do território camponês, pois ao contrário do território capitalista (baseado apenas na produção de mercadoria, na monocultura, ou seja, baseado apenas no viés econômico).

A educação como política pública não faz parte do interesse do agronegócio, porque esta dimensão territorial não faz parte do seu modelo de desenvolvimento, já para o campesinato a educação como política pública é essencial para o desenvolvimento de seus territórios (FERNANDES, 2005).

⁴ Trechos retirado do artigo: Entre Educação do Campo, Reforma Agrária e o Ensino de Geografia: diálogos e perspectivas a partir do pnera – 2004 – Gustavo Henrique Cepolline Ferreira – e-mail: gustavocepolini@yahoo.com.br

Neste sentido, em função do tempo atual e da globalização, o que vem a ser presente diretamente em princípios da luta por uma Educação do Campo é a universalização do direito.

Segundo Molina (2006) essa educação tem na sua origem a necessidade de reinventar as práticas sociais, contra um processo perverso de uma forma hegemônica de globalização econômica, política e cultural que impõe aos diferentes países periféricos e semi-periféricos, a reorganização das reformas de poder, de produção do conhecimento, e de desenvolvimento econômico e social, que aumenta assustadoramente a perda das autonomias e as desigualdades, em especial, entre o povo brasileiro que vive no campo ou é, excluído dele.

Para tanto, o princípio da universalização que funda as lutas dos movimentos sociais, como também funda muitas utopias, resgata nacionalidade do pensamento liberal, a idéia de que a sociedade possui não só os deveres, direitos, e a partir deste princípio, os movimentos sociais produzem a sua existência política pelos ideários da busca pela desigualdade, da participação e dos métodos de organização (Molina, 2006, p. 51).

Essa forma de produção do conhecimento, de poder e de direito, estão diretamente relacionadas à construção dos paradigmas da Educação do Campo.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A produção pedagógica dos movimentos sociais aponta para uma educação que reforce os princípios da liberdade, das autonomias dos sujeitos, da construção de condições democráticas e solidárias, compreendendo o campo como o lugar do pensar diverso, do exercício de saberes, compartilhamento de sonhos, da valorização e emergência da cultura camponesa.

Para Molina (2006) toda essa produção esta no cerne do projeto político pedagógico, onde a sua organização é voltada ao trabalho pedagógico que

necessita compreensão do significado da organização dos sujeitos por coletivos sociais.

A produção pedagógica dos movimentos aponta para um diálogo entre teoria pedagógica e prática em que o projeto educativo não pode estar dissociando de um projeto político social.

Na medida em que essas práticas, quando inseridas nas políticas públicas, serão identificadas as maiores dificuldades dos movimentos e das próprias universidades para construir propostas que tragam como referência a vida com camponeses e todas as contradições. Na opinião de Molina (2006) o difícil é saber quem esta fazendo o que, com quais estratégias, referenciais, necessitam de um trabalho grande e detalhado.

Desse modo a Educação do Campo para ser coerente com um projeto popular para o país, numa educação comprometida com um modelo de desenvolvimento, necessita também da pluralidade dos projetos educacionais e esta, somente pode ser construída, se tivermos clareza do que significa para os camponeses o princípio da universalidade.

Para a comunidade rural, a luta pela educação como direito universal não é uma questão somente de acesso, de ter o direito a estudar, a se organizar, mas o direito a serem reconhecidos como sujeitos que produzem conhecimentos, que possuem práticas diferentes na organização do trabalho e da cultura camponesa, não necessariamente, às mesmas impostas pelo capitalismo, embora muitas delas estejam fortemente influenciadas por ele. Abre, portanto, espaço para o reconhecimento da diferença, bem como a sua problematização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de Educação do Campo refere-se a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram

como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola.

De acordo com o que foi exposto percebemos claramente que embora o termo e o conceito Educação do Campo tenham sido construídos a partir da década de 1990, os referenciais que fundamentam as diferentes práticas educativas tem suas raízes e aprendizagem na educação popular.

Políticas coletivas que forma se dando ao longo da história foi construindo uma teoria da formação humana do sujeito humano e uma práxis coletiva que formam subjetividades dialogantes e críticas capazes de contribuir com a construção de outras relações sociais, sobretudo a construção de uma concepção de educação que se questiona sobre as finalidades do processo educativo e dos conteúdos presentes nos processos educativos para os povos do campo.

Segundo Molina (2006) no âmbito educacional é de fácil punho apontar duas características centrais: a presença da luta pela escola pública no campo, portanto, o campo da educação formal e a presença de processos educativos não formais existentes desde a origem dos movimentos sociais.

A produção pedagógica dos movimentos sociais ao longo da nossa história foi gestando um repertório de conhecimentos e práticas que foram resgatadas e sistematizadas pelos movimentos sociais atuais constituindo assim uma teoria pedagógica cujos fundamentos estarão presentes em várias iniciativas que temos hoje no movimento pedagógico da Educação do Campo.

O artigo buscou expor uma breve pesquisa bibliográfica do campo brasileiro através da Educação do Campo onde mostra os direitos da população do campo, e da população dos assentamentos, onde, isto implica, de certa urgência a implementação de políticas públicas educacionais, para atender à demanda da população do campo, perpassando pela afirmação de suas peculiaridades de cultura, gênero, étnico racial, econômica, ambiental e territorial.

Uma Educação do Campo trata-se de educar pessoas como sujeitos humanos, como sujeitos sociais e políticos como intencionalidade no desenvolvimento humano.

Onde todo e qualquer cidadão busca uma educação digna a formar sujeitos capazes de resistência a este modelo e lutar pela implementação de um projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e viver no campo e do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Revedo os vínculos entre trabalho e educação**: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu. Trabalho, Educação e Prática Social (Org.), Porto Alegre, Artes Médicas, 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. São Paulo: Cortez, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimento Social como categoria geográfica**. AGB – Nacional: Associação dos Geógrafos do Brasil, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1989).

HENTSCHKE, Jens R. **Reconstructing the Brazilian nation**. Public schooling in the Vargas era. Baden-Baden : Nomos, 2007. p. 136-145.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LDB. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI N.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** São Paulo: Abrelivros, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa:** Questões para Refletir. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira et al. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.